

MEC leva programa escolar ao campo

Com atraso de 40 anos, governo usa Escola Ativa para mudar a realidade educacional na zona rural. Mas só 150 escolas são atendidas

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

As escolas rurais do Brasil costumam ter o mesmo perfil: uma sala de aula, crianças de 1ª a 4ª séries estudando juntas e apenas um professor na frente de um quadro negro, tentando ensinar da mesma maneira conteúdos diferentes a alunos diferentes.

Educação de qualidade duvidosa. Mas um projeto começa, aos poucos, a reformar o ensino rural do país.

O Escola Ativa, do programa Fundescola — ligado ao Ministério da Educação e financiado pelo Banco Mundial —, tenta fazer as escolas rurais absorverem mudanças pedagógicas que há décadas fazem parte do cotidiano dos colégios urbanos. “A escola rural ainda usa, hoje, métodos do princípio do século”, diz Fernando Piza, coordenador do Escola Ativa.

Na primeira parte do projeto, foram escolhidas 150 escolas nos

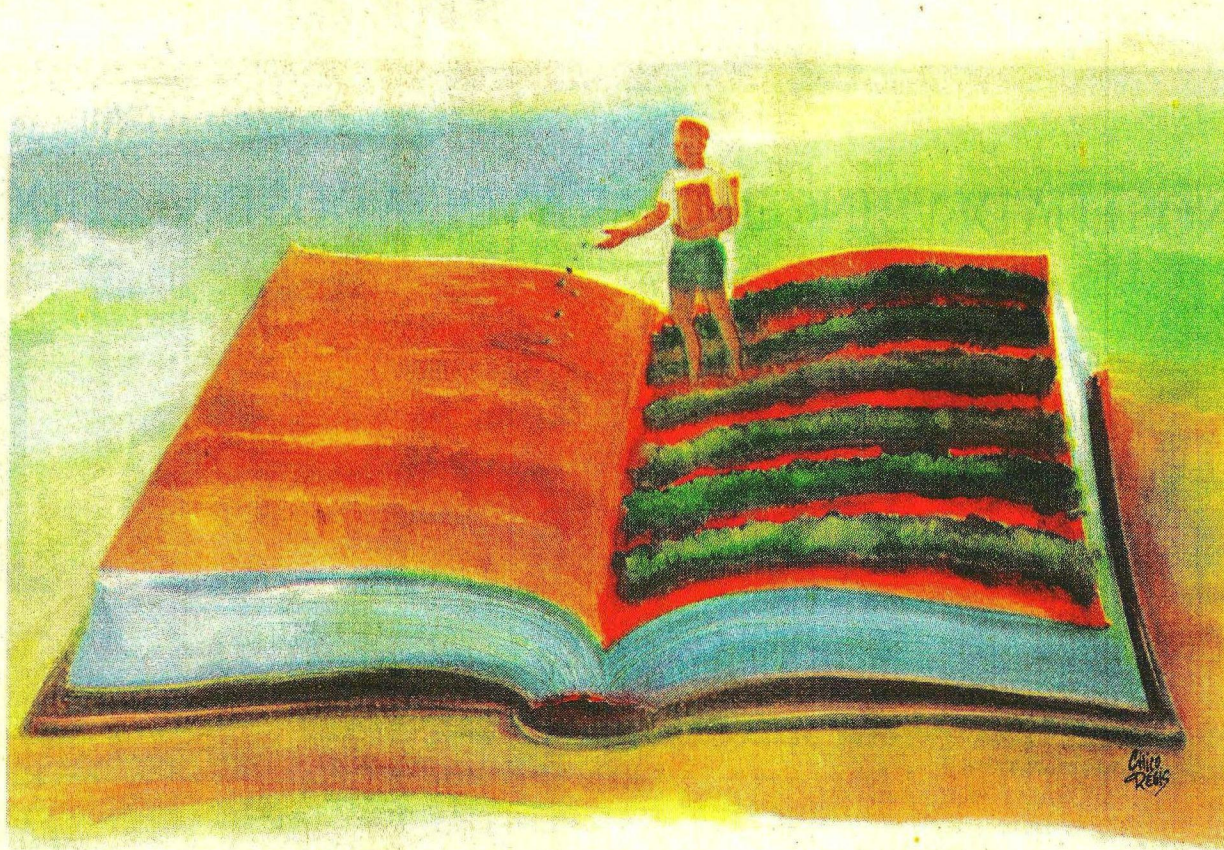
estados do Nordeste. Na segunda fase, a ser iniciada em 1999, serão incluídas as regiões metropolitanas das capitais dos estados do Norte e Centro-Oeste, abrangendo 470 colégios.

No ano 2000 o Escola Ativa chegará ao interior dessas regiões e passará a atender inclusive a região do entorno do Distrito Federal. “A capital fica de fora dos programas do

Fundescola, porque já recebe dinheiro para educação diretamente do governo federal”, explica o diretor do programa, Emílio Marques.

O Fundescola financia o material didático, treinamento de coordenadores e de uma rede de supervisores para

dar apoio aos professores do programa. Mas o projeto não pára aí, até porque existem 90.312 escolas de uma só sala de aula no Brasil. Alguns estados e municípios estão usando a tecnologia do Fundescola para ampliar o programa por conta própria. O Maranhão, por exemplo,



já está financiando 60 escolas além das 15 mantidas pelo Fundo.

SEM MISTÉRIO

Não há muito mistério nas mudanças planejadas no Escola Ativa. A primeira delas foi criar algo inédito: livros didáticos especialmente formulados para as chamadas classes multisseriadas — em que estudantes de diversas séries estudam

na mesma sala. “Era preciso um livro que permitisse ao aluno o ensino individual, onde ele pudesse avançar sozinho”, explica Piza.

Nas classes com mais de uma série, o professor precisa atender, ao mesmo tempo, crianças sendo alfabetizadas e outras que já fazem contas com frações. Nas velhas salas de aula, enquanto uma turma recebia as explicações e as tarefas,

a outra ficava sem fazer nada.

No método da Escola Ativa, cada série tem seu livro. Os exercícios estão lá, as tarefas, e as explicações também. Os alunos são agrupados de acordo com a própria série, e trabalham juntos. Quem sabe mais ensina os outros.

Na sala de aula, os professores e as crianças organizam “cantinhos” para cada uma das matérias. Lá fi-

cam livros para pesquisa e leitura, brinquedos pedagógicos, coisas que as crianças acham interessantes e levam para a aula, como pedras, folhas e até um feto, como foi encontrado numa classe em Pernambuco. “Nos cantinhos eles encontram mais informação sobre o que estão estudando”, explica Fernando Piza.

Os conteúdos são divididos por módulos. Quando a criança termina um deles, passa para o seguinte. A nova organização ajudou a combater um dos principais problemas das escolas rurais: a repetência por faltas e o abandono da escola.

Na maior parte dos colégios, os estudantes deixam as aulas na época da colheita. Precisam ajudar os pais na roça e chegam a ficar três ou quatro meses fora. Na antiga escola, quando voltavam tinham perdido o ano. Na Escola Ativa, podem retomar os estudos no módulo onde pararam e não precisam repetir todo o ano de novo.

“Não há provas, o estudante é avaliado através de fichas e o professor vê se ele atingiu o objetivo do módulo”, explica Zélia Porto, diretora de ensino da Secretaria Estadual de Pernambuco. “Por isso não há porque ele perder um ano inteiro.”

O Escola Ativa incorpora vários métodos pedagógicos que foram desenvolvidos ainda na década de 30. Quarenta anos depois, uma professora colombiana chamada Vicky Colbert decidiu usá-los na educação rural. O Brasil o adotou em 1997. Antes tarde do que nunca.